## RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº08/2023, REFERENTE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, EXERCÍCIO 2024, DO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI.

Aos 20 (vinte) dias do mês de Outubro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 9:00hs, no edifício sede Vereador Carlino Santana Ribeiro, nº 1036, Bairro Aldeia, na cidade de São Raimundo Nonato-PI, foi realizada Audiência Pública para apresentação e discussão da LOA - Lei Orçamentária Anual, para o Exercício 2024, do município de São Raimundo Nonato-PI, com fulcro no disposto no Parágrafo único do Art. 48 da Lei Federal nº 101/2000 e Art. 12 da Lei Municipal nº 18/2023, sendo presidida pelo senhor vereador Adilson Santos Ribeiro, representando a Câmara Municipal em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, representada pelo seu presidente vereador Paulo Jeovane de Sousa Santos e contou com a presença dos senhores vereadores Rosibal Ribeiro dos Santos, Katiúscia de Oliveira Ribeiro Moraes, Evandro da Costa Macêdo, Victor Paixão Ribeiro Silveira, Nunes de Jesus Santos, Valdeci Soares da Silva, Waldir Ribeiro dos Santos e Almir Ribeiro dos Santos e demais presentes subscritos na lista de presença em anexo. Aberto os trabalhos, a presidência, após as considerações iniciais, passou a palavra ao senhor Roberto Bastos Silva, assessor contábil da Câmara Municipal de São Raimundo Nonato-PI, que introduzindo a apresentação destacou pontos importantes a serem

Presidente da Câmara Municipal	Presidente da CFCFT



CNPJ. 01.612.807/0001-48 e-mail: camarasaoraimundo@gmail.com

discutidos na Audiência, mencionando inicialmente aos presentes a questão das suplementações, remanejamentos e seus limites autorizados no Projeto de lei nº 08/2023, encaminhado pelo Poder Executivo Municipal, fixado em 60% (sessenta por cento), tanto para Executivo quanto para o Legislativo Municipal. Após explanar sobre as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária estabelecidas pelo TCE-PI – Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o mesmo respondeu a questionamento feito pelo senhor Juliano Arão, presente na Audiência. Em seguida, após destacar a possibilidade de remanejamento financeiro no orcamento, no limite de 60% (sessenta por cento) e com pessoal fixado em até 70% (setenta por cento), fez uso da palavra o vereador Paulo Jeovane de Sousa Santos, presidente da CFCFT - Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, que informou sobre recebimento e apreciação da proposta orçamentária, por parte da Comissão e ainda do vereador presidente da Casa, Adilson Santos Ribeiro, que disse da tramitação da proposta orçamentária enviada pelo município à Câmara, dizendo de emissão de parecer favorável por parte da CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, e previsão de reunião e emissão de parecer por parte da CFCFT, onde ainda poderá a matéria, receber emendas. Concluindo a apresentação e as participações, a Audiência Pública foi então declarada encerrada, sendo em seguida elaborado o presente relatório.

Presidente da Câmara Municipal	Presidente da CFCFT